

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2014

(Do Sr. Jean Wyllys)

Requer a realização de audiência pública desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em conjunto com a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos e Minorias, com a finalidade de debater o plano de ação da Declaração de Compromisso de Estocolmo, aprovado durante a 6ª Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD).

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, na forma do Regimento Interno, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos e Minorias, com a finalidade de debater plano de ação da Declaração de Compromisso de Estocolmo, aprovado por aclamação durante a 6ª Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), com a presença dos seguintes convidados:

- 1) Sr. Harold Robinson, Representante do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) no Brasil;
- 2) Sra. Eleonora Menicucci de Oliveira, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;
- 3) Sra. Ideli Salvatti, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;

- 4) Sra. Luiza Bairros, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República;
- 5) Deputada Jô Moraes, Coordenadora da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados.

JUSTIFICATIVA

Como parlamentar convidado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) para representar o Brasil, tive a honra de participar da Conferência e me comprometi, na ocasião, com a implantação, no Congresso Nacional, do plano de ação nela aprovado, cuja ideia fundamental é recuperar os nossos atrasos em relação aos direitos sexuais e reprodutivos e tentar, no mínimo, estar à sombra de nações realmente desenvolvidas.

Dentre as questões levantadas durante o encontro, estão os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, como a educação sexual, prevenção da gravidez e de doenças, a garantia do aborto seguro, entre muitos outros; a igualdade entre gêneros, com políticas que garantam a permanência das meninas nas escolas; a erradicação da violência de gênero, inclusive dentro das famílias; a tipificação de todo crime motivado por ódio; e, sem qualquer distinção, a erradicação da miséria e a garantia do acesso à nova economia digital.

A Conferência aprovou também o compromisso a comunidade LGBT no sentido de que o seu bem estar deverá estar contemplado nas políticas de desenvolvimento das populações, o que, até então, não era contemplado diretamente, especialmente porque parte dos países membros ainda criminaliza a orientação homossexual. Aprovou, ainda, outros temas de Direitos Humanos que nortearão a próxima Conferência Internacional de População e Desenvolvimento Cairo +20, ocasião em que o Brasil, que já subscreve o Consenso do Cairo e seus desdobramentos, decidirá se também será signatário do plano de metas.

Assim, faz-se necessário o debate do plano de metas aprovado na 6ª CIPD e dos desdobramentos necessários para o seu cumprimento.

Sala da Comissão, de agosto de 2014.

JEAN WYLLYS
Deputado Federal - PSOL/RJ